

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática

CT 01

COORDENADORES:

Coordenador Privado - Hélio Rodrigues – MONAMPE

Coordenador Público - Henrique Reichert – Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
22/08/2022	9h às 11h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - Auditório, Ministério da Economia, Bloco "J"

ITEM 1 - ABERTURA

O Coordenador Público Sr. Henrique Reichert deu as boas-vindas a todos os participantes, presencial e online, e afirmou que a modalidade híbrida de reunião será mantida sempre que possível. Sobre a pauta, esclareceu que a política de fomento não pôde ser desenvolvida no âmbito do Comitê, conseqüentemente a temática será tratada por meio do Sistema Nacional de Garantia, que vem sendo trabalhada no CT4. Por outro lado, sugeriu continuar discutindo o PLP 92 e seus próximos passos.

O Coordenador Privado Sr. Hélio Rodrigues também agradeceu a presença de todos. Esclareceu que ultimamente tem focado na apresentação de demandas aos candidatos à presidência, e que apesar de ter recebido a solicitação de discutir essa pauta política no CT1, defende que não cabe. Sugeriu a discussão de temas que já estavam sendo tratados anteriormente como a atualização da Lei 123/2006, CNPJ para o Inova e crédito. Convidou os participantes a se manifestarem.

ITEM 2 – PAUTA

Ação 01

Sr. Sérgio Miletto, da Alampyme, comentou que apesar de as sugestões para os candidatos não serem levadas por meio do Fórum, há pautas de interesse comum com as entidades. Por exemplo, para a instituição que representa, reativar o Ministério da Micro e Pequena Empresa é essencial. Outro assunto é a dívida acumulada do Pronampe, que tem uma taxa muito alta comparada ao Pronaf. A Alampyme defende o perdão da dívida, entende que não foi contratada, mas sim contraída durante a pandemia. Esta mesma posição é a de países como Alemanha, França, Itália, Estados Unidos. Indagou se o tema pode ser tratado no CT1 ou no CT de Financiamento.

Sr. Henrique Reichert esclareceu que, efetivamente, as sugestões não podem ser encaminhadas aos candidatos à presidência via Fórum, porém as entidades têm essa liberdade. Pode, ao invés disso, relacionar as pautas

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

trabalhadas no CT1 e outros Comitês, envia-las às entidades, para que estejam claras as pautas do Fórum, e possam avançar em algumas delas, independentemente do Fórum.

Sobre a dívida do Pronampe, o Sr. Henrique afirmou que o CT4 pode dar um encaminhamento porque tem estatísticas e pode direcionar melhor a demanda.

Ainda sobre o fomento, o coordenador público reforça que o SNG pode trazer melhores resultados para a pauta.

Sr. Antônio Everton, sobre a política de fomento, comunicou que não foi possível avançar pela complexidade e a necessidade de envolver os próprios autores da proposta. Porém, o tema sendo tão abrangente poderia ser trabalhado nos sete Comitês.

Sobre o perdão da dívida do Pronampe, o Sr. Everton questionou a medida devido à delicada situação fiscal do País, apenas países ricos poderiam custear esse tipo de medida, e se existiria alguma alternativa que não fosse perdão, mas alongamento, desconto, ou taxas diferenciadas.

Sr. Wilson, em seu comentário sobre o Pronampe, lembrou que a Caixa Econômica Federal cobra um seguro no empréstimo do Programa, o que não ocorre nos demais bancos. A Fenacon fez alguns cálculos e concluiu que pode chegar até 7% do valor financiado, e que somado à SELIC e outros encargos, fica impraticável e injusto. Indagou se esta situação que ocorre desde 2020 é tema de outro Comitê.

A Sra. Ariene destacou que a CNI tem uma posição já estabelecida no que se refere a renegociação de dívidas, tanto para dívida civil quanto tributária. Na avaliação desta instituição, a renegociação, o alargamento, perdão de dívida deve ser personalizada, só para aquele que realmente não pode pagar por alguma adversidade. A concessão de descontos lineares como é o modelo de REFIS, a CNI não é favorável, entende que a situação personalizada, particular do empresário ou empresa deve ser considerada sob pena de beneficiar quem não precisa, o que gera distorção no sistema e aumenta a renúncia, como defendeu o Sr. Everton. É importante dimensionar o tamanho e importância da inadimplência para que a CNI possa apoiar alguma iniciativa nesse sentido.

Sr. Sérgio Miletto comentou que é importante debater como deve ser realizado o perdão, mas reiterou que não foram todos beneficiados, principalmente no caso da Caixa Econômica Federal, que inclusive propuseram uma CPI da Caixa, pela dificuldade de acesso ao crédito, principalmente por micro e pequenos empresários de SP. Acredita que no caso de as empresas falirem, a consequência econômica será pior. Defende que se deve ouvir os economistas do governo e aqueles que não estão no governo. Lembrou que outros países assumiram os custos fixos das empresas para não gerar desemprego, ao contrário do Brasil, onde as empresas contraíram dívida com altas taxas. Sugeriu a realização de um seminário para avaliar as consequências na economia.

O coordenador privado apoiou a posição do Sr. Sergio Miletto quanto às dificuldades de pagamento das MPEs, e a necessidade de renegociação.

Sr. Henrique Reichert afirmou que o Sr. Marco Aurélio apresentaria os dados sobre o cenário da inadimplência etc. e a pauta seria retomada no Comitê Temático Nº 4. Ainda, prometeu verificar os relatos sobre a Caixa com o Sr. Mario.

Ação 02

O segundo tema da pauta - o Inova simples - foi apresentado pelo Sr. Murilo Chaiben, representante da SEMPE no CGSN- Comitê Gestor do Simples Nacional e no CGSIM. O Sr. Henrique solicitou que relatasse o calendário do Inova simples dentro do CGSN e o que está sendo trabalhado nesses dois comitês gestores, para que o Comitê 01 possa ajudar ou fortalecer as pautas.

Segundo o Sr. Chaiben, no âmbito do CGSN, sobre o Inova simples, a minuta da Portaria já foi enviada para aprovação dos Conselheiros do CGSN depois de ser aprovado pelo grupo técnico. A reunião que estava pautada para agosto foi adiada por causa da entrada da SEMPE, SEBRAE, CONAMPE e COMICRO. O comitê teve que priorizar a mudança do regimento interno. A próxima reunião, para aprovação tanto do Regimento Interno como a resolução do CGSN que permite o Inova simples aderir ao simples Nacional está prevista para outubro.

Também esclareceu que a pauta do CGSN ficou prejudicado pelo MEI Caminhoneiro e outras mudanças legislativas que eram urgentes.

Recentemente, foi apresentada a Nota Fiscal de Serviços eletrônica nacional- NFS-e, muito bem recebido por quase todos que trabalham com isso: contadores, associações, que comentam que um dos problemas são as obrigações acessórias e falta de padronização em alguns documentos. Os municípios não são obrigados a aderir, começa primeiro para MEI e posteriormente, as empresas de outros portes. Também existe a intenção da Nota fiscal eletrônica para produtos.

Em relação ao CGSIM, são várias fases do projeto **Balcão Único de entrada**. A primeira é unificar e parametrizar as informações e o sistema em uma única entrada das informações cadastrais para as pessoas fazerem abertura, alteração ou baixa de empresas, no lugar de ter sete ou oito sistemas integradores no REDESIM. No futuro a ideia é também servir como uma área logada do empreendedor e facilitar a sua comunicação com o Estado.

Outro tema trabalhado é o Orienta, que será conectado futuramente ao Balcão Único, para que o empreendedor tenha informações sobre obrigações não apenas fiscais, mas também licenças e orientações. Este mapeamento pode permitir ao poder público verificar se as demandas, exigências, ou prazos são excessivos e servir de base para melhorar a legislação.

Sr. Henrique comunicou que o Orienta MEI foi apresentado no CT05, e há a possibilidade de fazê-lo novamente neste Comitê se considerarem pertinente.

Sr. Hélio mencionou que uma das queixas mais comuns é a quantidade de horas que os empresários gastam em pagar os impostos e com esses projetos já há um avanço.

Sr. Sérgio Mileto lembrou do Centro de Respostas Técnicas, da UnB, e indagou se há uma parceria com eles no trabalho que está sendo desenvolvido no CGSIM, assim como com a ABNT. No chat enviou o seguinte texto com o contato: “Professora Ednalva Fernandes Costa de Moraes. Na época era a Vice-Diretora do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UNB. Não sei se era um programa e se continua, mas era uma atividade que se não estou enganado chamava Centro Brasileiro de Respostas Técnicas”.

O representante do SEBRAE Nacional, Sr. Edgar, sobre as obrigações acessórias, pontuou que há dois projetos de lei: PLP 145/21 que institui o sistema eletrônico de apuração fiscal, de Marcelo Ramos e o PLP 178/ 2021 que também tem o apoio do SEBRAE, não tão ousado como o primeiro, mas cria comitê e institui o sistema fiscal único. Acredita que essas medidas são importantes para diminuir as obrigações acessórias.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Sr. Henrique Reichert solicitou uma lista dos projetos de lei prioritários para o SEBRAE que estão em tramitação no Congresso Nacional para juntar com a lista dos itens trabalhados pelos Comitês, repassar para as entidades e reforçar aqueles pontos que entenderem que faz sentido.

Ação 03

O último item se refere à proposta de atualização da Lei 123/2006, PLP 92/2022, que com o trabalho do Sr. Ercílio, foi enviado ao Senador Jorginho Mello. Não há informação atualizada.

Por outro lado, existe uma atualização sobre a Política Nacional de Micro e Pequenas Empresas, com parecer favorável da PGFN, e reforçado por outras áreas: da RFB, Secretaria Executiva, para que seja agilizado.

Sr. Fabio Silva afirmou, sobre um local único, que no caso dos MEIs, o portal do empreendedor já fornece todas as orientações, esclarecimentos desde o momento da abertura até o pagamento das obrigações. Que vai ser lançado o APP MEI, que possibilitará um emissor único de Nota Fiscal eletrônica de serviços para o MEI. Isto possibilitará cruzar informações de faturamento e redução de fraudes. Esclareceu que este trabalho não guarda relação com o Orienta MEI, que tem o propósito de orientar sobre vigilância sanitária, meio ambiente, licença de bombeiros etc.

Ainda, lembrou que o propósito da SBRT é diferente do Orienta MEI, é um conjunto de informações técnicas para a melhoria de produtos, serviços ou processos, por meio de um banco de soluções de *cases* de sucesso, sem necessidade de contratar consultoria. Por isso, poderia ser objeto de nova parceria.

Sr. Sérgio Miletto destacou a importância desse instituto uma vez que, em caso de não haver respostas, passa a ser objeto de estudo da universidade.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

1. Relacionar as pautas trabalhadas no FPMPE, e endereçá-las às entidades para suas respectivas demandas aos candidatos à PR.
2. Solicitar ao SEBRAE a lista de projetos de lei prioritários e distribuir entre os diversos Comitês.
3. Endereçar a pauta do perdão da dívida do Pronampe, os relatos de cobrança de seguro da CEF e o tema do fomento ao CT4.
4. Resgatar trabalho de Respostas Técnicas, realizado na UnB.
5. Monitorar o andamento dos PLP 33, PLP 92, do reempreendedorismo, e atualização da LC123/2006.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Resumo da Reunião	
Título da Reunião	CT1 - Racionalização Legal e Burocrática
Hora de início da reunião	22/08/2022 09:00
Hora de Término da Reunião	22/08/2022 11:00
Nome Completo	
Alexandre - CECIEX	
Andréa Ribeiro - SEDEME	
Anne – Amicro Macapa	
Antônio Everton - CONAMPE	
Ariene D’Arc Diniz	
Arnaldo Correia da Silva Filho - SEDE	
Creulúcia Alves da Silva	
Danilo Marques	
Eduardo Vieira	
Eneila Loiola	
Fernanda – Pró MEI Brasil	
Flávia Forte - CACB	
Gilson Santos	
Giovana Tonello Pedro Lima	
Hélio Rodrigues de Almeida	
Içara Bajadares - CONAJE	
Mariana Ramos Oliveira	
Murilo Machado Chaiben	
Pedro Donato Skraba	
Piter Santana	
Rosalia Raquel Pessoa	
Rose Dedekind - FAMPESC	
Sérgio Miletto	
Silva Junior - SDER	
Sueli Lyra	
Waldirene Chagas	
Wilson - Fenacon	

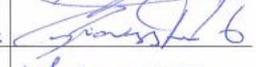
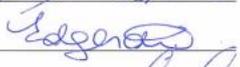
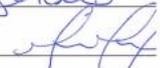
MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA – PRESENCIAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO

REUNIÃO DO COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA - CT 1
DATA: 22/08/2022 - HORÁRIO: 9h - LOCAL: AUDITÓRIO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, BL "J"

LISTA DE PRESENÇA				
NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Adriana Corduro	CONAMPE	41 996558025	adriacorduro@hotmail.com	
Diniz Neto	CONAMPE/MICROEMPE	41 93122 8715	diniznet@gmail.com	
Carlos Magno A. Bittencourt	CONAMPE	41 99125-2002	cmagno252@gmail.com	
Marcelo J. E. Dias	CONAMPE	41 99109 0282	marcelo.dias@idem.iam.br	
Giovana Tonello Pedro Lima	Sebrae	61 98247-9391	Giovana.Lima@sebrae.com.br	
Edgardo Fernandes	Sebrae	61 3226-7661	edgardo.fernandes@sebrae.com.br	
Milena T. Gil Cera	COB nacional	61 98348-3998	milena.cera@cob.ceap.br	
Unício de Sousa	SEMPE	61 992132132	Unicio@economia.gov.br	Unício
Jaqueline R. Ribeiro	SEMPE	(61) 99134-7897	jaqueline.ribeiro@economia.gov.br	JR
Cláudia E. Martins	SEMPE	(61) 98556-9434		clm
Tônia Batista	ME/Sempe	61-221-8100	tonia.p.batista@economia.gov.br	TB
Henrique Reichert	ME/SEMPE	2027-8015	henrique.reichert@economia.gov.br	HR

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de **Acesso a Mercados**

CT 02

COORDENADORES:

Coordenador Privados - Ronnie Pimentel / CNI

- Felipe Spaniol / CNI

Coordenador Público - Pedro Henrique Rincon Amaral / Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
23/08/2022	9h às 11h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - Auditório, Ministério da Economia, Bloco "J"

ITEM 1 - ABERTURA

O Senhor Ercílio Santinoni, representando presencialmente o Senhor Henrique Reichert, iniciou a reunião.

O Coordenador Privado iniciou a reunião cumprimentando os participantes, lembrou que a pauta com as atualizações foi enviada com antecedência e o coordenador público iria desenvolvê-la. Em seguida, comunicou que, apesar de buscar celeridade nos temas e encaminhamentos do Comitê, seu trabalho na CNI tem demandado bastante atenção, razão pela qual solicitou aos presentes a possibilidade de buscar alternativa ao seu cargo.

O Coordenador Público deu as boas-vindas e comunicou que o objetivo da reunião era apresentar duas iniciativas em parceria com a ENAP que estão sendo desenvolvidas em relação ao tema de acesso a mercados. Solicitou que divulgassem aos seus representados de forma a alcançar os objetivos desses desafios, e que também seria realizada uma rápida apresentação de estudo da OCDE sobre políticas públicas para MPEs. Solicitou a apresentação de todos os participantes na reunião.

ITEM 2 – PAUTA

O Senhor Pedro Rincon iniciou sua apresentação sobre o estudo da OCDE, que trata de políticas públicas voltadas a pequenas e médias empresas.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

A OCDE realizou em 2019 a 1ª edição de um estudo na América Latina sobre políticas públicas voltadas a pequenas e médias empresas, com metodologia própria, com a intenção de mapear as políticas públicas e sua efetividade. O Brasil não participou desta edição.

A segunda edição está sendo desenvolvida neste momento e o Brasil está participando. A ideia é ajudar os países a monitorar suas políticas. São oito dimensões com indicadores em cada uma delas para monitoramento quantitativo, nível de maturidade das políticas e que dará ideias claras de aprimoramento.

O estudo é desenvolvido pela OCDE em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Sistema Econômico da América Latina e do Caribe (SELA). Além disso, a Fundação para a Análise Estratégica e Desenvolvimento das PMEs, será responsável por uma avaliação independente de cada um dos países.

A 1ª edição contou com a participação de Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai. Na 2ª edição estarão também Brasil, Bolívia e Paraguai. Assim, será possível a comparação entre os blocos: Aliança do Pacífico, Comunidade Andina e Mercosul.

A relevância deste estudo pode ser enumerada: comparabilidade de políticas, identificação de boas práticas, avaliação de políticas públicas, monitoramento de indicadores, promoção de iniciativas voltadas às MPEs e novas temáticas, como gênero e sustentabilidade, as quais não terão ainda indicadores, mas os questionamentos permitirão uma análise qualitativa no estudo final.

Quanto ao Brasil, existe um gap considerável na produtividade das MPEs frente às grandes empresas, o que também se verifica em outros países, porém no Brasil é muito mais acentuado. O estudo pode dar subsídios e ferramentas no sentido de diminuir esse *gap*.

Para dar uma ideia da magnitude do estudo, são oito dimensões, ou eixos temáticos, que contém sub dimensões e estes, por sua vez, indicadores em relação à elaboração, implementação e análise dessas políticas. As oito dimensões são:

1. Marco institucional
2. Ambiente de negócios
3. Acesso a financiamento
4. Desenvolvimento e compras públicas
5. Inovação e tecnologia
6. Transformação produtiva
7. Acesso a mercado e internacionalização
8. Digitalização

Uma das dificuldades de mensuração de políticas para pequenas e médias empresas reside no recorte tão diverso ao redor do mundo, uma vez que no Brasil, por exemplo, as políticas são voltadas para MPEs, enquanto outros países se voltam também para as médias empresas.

Outra análise qualitativa do estudo é o questionamento sobre como os países enfrentaram a pandemia.

A primeira parte do estudo é uma autoavaliação governamental e várias instituições serão poderão ser incluídas, como: Sebrae, Banco Central, INPI, Inmetro. Os coordenadores nacionais para o estudo são: Henrique Reichert e Pedro Rincon. As respostas serão direcionadas para uma análise independente, que será a UFRS no caso brasileiro, para análise e complementação, de forma que o estudo não seja apenas auto declaratório, e conte com uma análise crítica do que está sendo apresentado.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Sobre o cronograma, serão dados 60 dias para respostas governamentais, logo após a disponibilização do questionário pela OCDE. Haverá ainda reuniões de alinhamento entre governo e instituição independente, em caso de divergência de respostas. Ao final de abril de 2023 é esperada a apresentação de indicadores, e depois o relatório final, no segundo semestre de 2023.

A publicação em português irá facilitar a divulgação nos níveis estaduais e municipais da realidade brasileira.

Finalizadas estas ponderações sobre o estudo, o Sr. Rincon deu a palavra aos participantes:

O Senhor Antônio Everton mencionou a importância do estudo para conhecer em profundidade a realidade das MPEs e acompanhar a produtividade e a melhoria das políticas públicas nacionais. Também mencionou que se fará uma “transversalidade” com os demais comitês, no tocante a indicadores.

O Senhor Ronnie Pimentel sugeriu que no questionário da OCDE fossem identificados os temas relacionados ao CT2, de modo a construir recomendações e encaminhamentos a partir das particularidades e problemas referentes ao Brasil. Isto também pode ser realizado pelos demais Comitês.

O Senhor Sergio Miletto afirmou que a Alampyme está presente mais fortemente em 7 países da América Latina, que o trabalho deles é similar ao da OCDE e estão desenvolvendo uma plataforma para que pequenas empresas do Brasil possam fazer negócios, receber informação e outros países estão interessados na expansão desse espaço para seus produtos. Por exemplo, café, chocolate, produtos da Amazônia que engloba oito países. A Alampyme tem muito interesse nesse estudo e se colocou à disposição para convidar outros colegas de outros países para intercâmbio de ideias.

Ação 02

A segunda apresentação referiu-se a um projeto denominado “Desafios do Comércio Exterior”, que está sendo realizado em parceria com a ENAP e a empresa contratada por esta, a Wylinka. O objetivo é atualizar os membros do Comitê do estágio em que se encontra. É um desafio de inovação aberta para que qualquer empresa, startup ou a academia possam trazer soluções inovadoras para resolver, mitigar e melhorar o trabalho das MPEs frente a 3 desafios identificados:

- a. Adequação de produtos para exportação das MPES: adequação quanto aos requisitos legais, técnicos, burocráticos, sanitários e fitossanitários
- b. Informação para exportação e importação das MPES: como conseguir as principais informações de forma tempestiva, correta, onde e como ter esse conhecimento.
- c. Inteligência de mercado para o comércio exterior das MPEs: quais produtos, para onde, quando exportar.

O edital foi lançado e no site: desafios.enap.gov.br/pt/desafios/comex contém mais detalhes, cronograma e premiação.

Serão dois ciclos: o primeiro, de apresentação da solução encontrada, e o segundo, de transmissão de seu conhecimento.

Finalizada a apresentação houve espaço para comentários.

O Senhor Marcelo, que atua em gestão aduaneira, relatou o caso de café exportado para Portugal e Coreia do Sul. O primeiro dificultou o acesso do produto durante 1 mês e o segundo não teve nenhum problema. Defendeu que em casos assim é importante o papel dos órgãos intervenientes, e não somente do produtor. Chamou a atenção para a importância do contato entre países parceiros, para entender como vão ser recebidos os produtos, para providenciar a logística adequada, dentro das regras internacionais e dos controles dos órgãos intervenientes e aduaneiros.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

O Coordenador Público comentou que a SECEX tem realizado um trabalho de identificação e tratamento de barreiras de outros países. Na última reunião, apresentaram o Sistema de Monitoramento de Barreiras às Exportações. Ainda, o governo para poder atuar, precisa de informação dos exportadores e o seguinte site www.sembarreiras.gov.br pode ajudar nessa comunicação.

Ação 03

O terceiro ponto da pauta foi o Projeto “Cidades Empreendedoras”. Trata-se de um desafio lançado no primeiro semestre para identificar iniciativas nas pequenas e médias cidades que incentivem o empreendedorismo e que possam ser replicadas em outros municípios.

São três categorias, focadas no tamanho das cidades (até 285.000 habitantes). O recorte é complementar ao desafio que o Sebrae desenvolve focada nas 100 maiores cidades.

As iniciativas das cidades podem ter um ou mais dos seguintes determinantes: ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura empreendedora.

O projeto também conta com um site com informações. Os avaliadores estão sendo selecionados por meio de edital e até o final de ano serão conhecidas as iniciativas.

Terminada a apresentação, o coordenador cedeu a palavra.

O Senhor Miletto lembrou que um dos pontos tratados dentro do tema ‘acesso a mercados’ estavam as compras públicas e não identificou esse ponto dentro do desafio das cidades empreendedoras. Indagou se o tema foi transferido para outro comitê e sugeriu sua inclusão no prêmio cidade empreendedora, como um dos critérios.

O Sr. Rincon respondeu que optaram pelos determinantes do Índice de Cidades Empreendedoras utilizado pela ENAP, um trabalho que já existe e com descrição. O tema, porém, continua no CT2 e é preciso retomar a discussão. Reforçou a necessidade de elaboração de cartilha para instruir os agentes públicos locais para respeitar o tratamento diferenciado às MPEs e outra cartilha para as empresas, que estão a cargo de um GT dentro do CT2. Ao mesmo tempo, solicitou sugestões de iniciativas voltadas a compras governamentais para desenvolver até o fim do ano e até para um plano de trabalho do ano seguinte.

O Senhor Miletto se colocou à disposição de grupo de trabalho que desenvolva a temática considerando sua experiência na temática e citou caso bem-sucedido de compra de uniformes escolares pela prefeitura de São Paulo.

O Senhor Everton concordou com o Sr. Miletto na importância das compras públicas como mercado para os pequenos negócios, e considerou que as compras públicas representam para eles um ambiente muito menos complexo, facilitado, e ágil em comparação com a sua participação no comércio exterior.

Por sua vez, o Sr. Ercílio sugeriu, para a próxima reunião, pautar o tópico de compras públicas para identificar formas de contribuição. Comentou, ainda, que o SEBRAE Paraná teve experiências bem-sucedidas, assim como no Estado de MG.

O Sr. Miletto também destacou a importância de criação de consórcios, que no Brasil há consórcios de MPEs, mas não envolve governo como em países da Europa. Há, ainda, projetos de lei para regulamentar essa ideia, mas sem sucesso. O governo participando, não na operação, mas defendendo o produto e abrindo portas aumentaria a participação da pequena empresa na exportação.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

A Sra. Adriana Cordeiro sugeriu trabalhar as dificuldades da exportação de forma fragmentada: ao detalhar as dificuldades encontradas, se pode trazer soluções ao governo, por exemplo no caso de envio de amostras.

O Senhor Ronnie apontou que as sugestões precisam ter grupos de trabalho formados e para o eixo de compras governamentais reiterou a necessidade das cartilhas para empresas e agentes públicos.

O Senhor Miletto afirmou que poderia, em próxima reunião, apresentar casos de sucesso nas compras públicas, e o tema da maior participação das MPEs nas exportações europeias.

Entre as considerações finais, Pedro Rincon concordou com a proposta das boas práticas dos Estados em compras públicas e solicitou sugestões de nomes para poder agilizar o convite para a próxima reunião. Sobre as experiências de outros países, os indicadores da OCDE poderão facilitar o tipo de cooperação que se quer desenvolver.

Em comunicação via chat, a Sra. Jane Fonteles (Fórum MPE Ceará) manifestou interesse em apresentar o Programa de Compras de seu Estado.

Por fim, ambos coordenadores agradeceram a presença de todos.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

1. Apresentação sobre boas práticas em compras públicas (Estados de Minas Gerais, Ceará, Sebrae Paraná e outros casos de sucesso) e a maior participação das MPEs nas exportações europeias.

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Resumo da Reunião	
Título da Reunião	CT2 - Acesso a Mercados
Hora de início da reunião	23/08/2022 09:00
Hora de Término da Reunião	23/08/2022 11:00
Nome Completo	
Pedro Henrique Rincon Amaral	
Ronnie Sa Pimentel	
Adriana – AMPE Criciuma	
Alexandre Trindade Ferreira	
Antônio Everton - CONAMPE	
Ariene D’Arc Diniz e Amaral	
Arnaldo Correia da Silva Filho	
Arno Gleisner	
Arthur de Freitas Lisboa	
Claudia Pessoa	
Creulúcia Alves da Silva	
Cristina Mieke Costa Bando	
Diogo Sousa Almeida Fernandes	
Eduardo Vieira - ACDF	
Elcio Almeida da Silva	
Flávia Forte - CACB	
Gilson Santos	
Hélio Rodrigues de Almeida	
Jane Fonteneles – Fórum Céara	
Juliane Resende Costa Alves	
Juliano Bezerra Mascaro	
Leonardo Freitas	
Leonardo Freitas	
Marcos Antônio Gomes Coutinho	
Maria José Esteves de Matos	
Mariana Silva de Oliveira Cabral	
Oscar Gordilho Nobrega	
Paulo Freitas - FOPEME	
Pedro Gilmar Fank	
Pedro Henrique Rincon Amaral	
Rose Dedekind - FAMPESC	
Rui Lemes	
Sérgio Miletto	
Silva Junior - SDER	
Simone Lemos Buseti	



MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

Wal Chagas – Fórum Amapá	
Yasmin Azevedo Leite	

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito

CT 04

COORDENADORES:

Coordenador Privado - José Tarcísio – COMICRO

Coordenador Público - Marco Aurélio Mota Loureiro – Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
23/08/2022	15h às 17h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - Auditório, Ministério da Economia, Bloco "J"

ITEM 1 - ABERTURA

Abertura realizada pelo Coordenador de Governo do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito, Sr. Marco Aurélio Mota Loureiro, representante da Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato do Ministério da Economia, o qual iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes. A reunião contou também com a presença do Coordenador Privado do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito, Sr. José Tarcísio da Silva, Presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-COMICRO, que cumprimentou a todos os participantes.

ITEM 2 – PAUTA

Sr. Marco Aurélio fez um breve relato da última reunião do CT4, sobre os objetivos do comitê de crédito, enfatizou ainda, as entregas e alterações legislativas e alguns facilitadores para resolver os problemas de acesso ao crédito.

Sr. José Tarciso, expressou sua inquietação sobre a criação de um fundo garantidor para o MEI, tendo em vista que, o mesmo não é contemplado nos programas de crédito oferecidos pelo Governo Federal.

Prof. José Ramalho externou sua satisfação ao realizar análises nos planos de governo de alguns candidatos, constatou que algumas propostas mostraram preocupação com os pequenos empreendimentos e microempreendedores individuais, diante disso, ressaltou que, as reuniões do fórum estão surtindo efeito, com respostas positivas as MPEs e que os planos de governos estão englobando e elaborando medidas e ações estratégica para os empreendedores individuais.

Salientou ainda, os benefícios do acompanhamento empresarial do crédito assistido realizado pelo Sebrae Nacional, para as MPEs.

Sr. Marco Aurélio em resposta a explanação do Prof. José Ramalho, relatou sobre os elementos do mercado de crédito no Brasil, em que o governo atua nesta área a muito tempo e que faz intervenções com crédito rural, crédito direcionado e certificado de recebíveis imobiliário e agronegócio e as LCA, pois, é um setor que precisa de atenção e ajustes, pois esse mercado de crédito tem suas relevâncias e preocupações. Porém, muitos desses recursos são financiados pelo BNDES e os fundos constitucionais (FNO, FNE E FCO).

Ressaltou ainda, a eficiência da distribuição de garantia com base no faturamento das MPEs e a inclusão do MEI no sistema financeiro.

Sr. Sérgio Miletto compartilhou que a ALAMPYME, está fazendo alguns laboratórios coletivos sobre a produção do MEI, com o objetivo de auxiliar e orientar o MEI na venda de seus produtos. Esses laboratórios estão dando resultando positivo e hoje estão vendendo para as prefeituras com mais qualidade, melhor preço e entregas mais rápidas do que as grandes empresas. Enfatizou também, que o MEI, tem uma preocupação maior em pagar o crédito e que a inadimplência é quase zero e sua qualificação é constante.

Sr. Marco Aurélio fez uma explanação sobre a Lei 12.087/2009, que institui e regula o fundo e a participação da União, enfatizou também, a equalização do MEI e o crédito assistido, explicou sobre o sistema Consepro.

Posteriormente sugeriu, a criação de um grupo para produzir propostas, ideias, e estratégia para as MPEs e MEI.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

- Formar um grupo, para trazer propostas de ações e medidas para as MPEs e MEI.

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Título da Reunião	CT4 - Investimento, Financiamento e Crédito
Hora de início da reunião	23/08/2022 15:05
Hora de Término da Reunião	23/08/2022 16:37
Nome Completo	
Jose Antônio Ramalho (convidado)	
Camila Carla dos Santos Martins - ME	
Amberson Bezerra da Silva FOPEME/PR (convidado)	
Jose Tarcísio – COMICRO	
Hamilton de Brito Jr. Presidente SINFAC/ABRAFESC	
Maria Eneila – SEDE	
Jéssica Priscila S.A do Nascimento (convidado)	
Roberto Sadao – ME	
Eunice Borges - SDE Bahia (convidado)	
Sérgio Miletto - ALAMPYME (convidado)	
Marcelo Arantes – CONAMPE (convidado)	
Wesley Arantes - (convidado)	
Antonio Everton – CONAMPE (convidado)	
Creulúcia Alves da Silva - (convidado)	
Jane Fonteles – Fórum MPE Ceará (convidado)	
Ariene D`Arc Diniz E Amaral (convidado)	
Ruan Cunha Lopes - (convidado)	
Valentine Carpes Braga (Convidado)	
Flavia Fonte – CACB (convidado)	
Mibsã (convidado)	
Juliana Romanini (convidado)	
Leandro de Oliveira Almeida (convidado)	
Pedro Gilma Fank (convidado)	
João Dimas Ramos – ABIP (convidado)	
Ricardo Nascimento – FINEP (convidado)	
Diogo Sousa Almeida Fernandes – SEDE (convidado)	
Caroline Letícia Lompa Gussi (convidado)	
Ahiana – SEDEME (convidado)	
Renan Schaeffe (convidado)	
André Ribeiro – SEDEME (convidado)	
João Dimas Ramos – ABIP (convidado)	

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

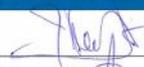
LISTA DE PRESENÇA – PRESENCIAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO

REUNIÃO DO COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO - CT 4
DATA: 23/08/2022 - HORÁRIO: 15h - LOCAL: AUDITÓRIO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, BL "J"

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Diniz Nero	MONAMPE	(44) 99122876		
Adriana Cardoso	CONAMPE	(41) 996558005	adriacardoso@hotmail.com	
Marcelo Dias	CONAMPE	(41) 99109-0282	marcelo.dias@sem.mg.gov.br	
Carlos Magno A. Bittencourt	CONAMPE	(41) 99125-2002	cmagno252@gmail.com	
Tânia Batista	ME/SEMPE	61-2021-8100	tania_batista@economia.gov.br	
Glória L. Martins	SEMPE	61-98556-5434	gloria.martins@economia.gov.br	
Jaqueline L. Ribeiro	SEMPE	61 2027-8013	jaqueline.ribeiro@economia.gov.br	
MARCO ANTONIO M. LIMA	SEMPE	61 2027-8059	marco.lauriano@economia.gov.br	
Yakelia Teixeira	SEMPE	61 2027-7897	yakeliateixeira@economia.gov.br	
Henrique Reichert	SEMPE	2027 8015	henrique.reichert@economia.gov.br	
Venício de Sousa Carvalho	SEMPE	61. 99213 2132	Venicio@economia.gov.br	Venício

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de **Formação e Capacitação Empreendedora**

CT 05

COORDENADORES:

Coordenador Privado - Mauro Leônidas - CFA

Coordenador Público - Henrique Reichert - Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
24/08/2022	9h às 11h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - Auditório, Ministério da Economia, Bloco "J"

ITEM 1 - ABERTURA

Sr. Mauro Leônidas cumprimentou a todos e deu início à reunião.

Sr. Henrique Reichert agradeceu a presença de todos.

ITEM 2 – PAUTA

Sr. Fábio Silva fez uma breve explanação, da Plataforma Orienta MEI, será uma ferramenta orientativa voltada para o MEI, para que o empreendedor no seu processo de inscrição e de alteração, tenha acesso aos requisitos impostos pelos órgãos nacionais, estaduais e municipais.

O empreendedor terá acesso pelo Gov.br., aos requisitos, obrigações, normas e capacitações que ele necessita para iniciar o seu negócio.

Sr. Murilo Chaiben apresentou no ambiente de construção a Plataforma Orienta MEI, que será acessada pelo login do Gov.br., a pessoa que tem a representação do órgão federal, estados e municípios, a por meio do certificado digital poderá dar acesso a outras pessoas, que serão responsáveis pela gestão das informações e requisitos específicos para o MEI seguir para obter o alvará e licenciamento, conforme a sua atuação e localidade.

A Plataforma permite que o gestor inclua cursos de capacitação como pré-requisito, indicar onde se capacitar, poderá ainda incluir requisitos futuros, para que o empreendedor tenha tempo de se adequar.

A intenção é que futuramente o Orienta possa estar conectado com o balcão único, juntas comerciais na fase de viabilidade do empreendimento e com outras plataformas para facilitar a vida do empreendedor.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Os participantes parabenizaram a apresentação feita da Plataforma Oriente MEI, ressaltaram que a compilação das informações é de fácil acesso e que muitos encontram dificuldades em acessar dados na hora de se formalizarem e capacitarem.

Sr. Mauro Leônidas ressaltou a importância do trabalho que está sendo desenvolvido, pois, vai trazer celeridade para que o empreendedor, possa se preocupar menos com a burocracia e focar mais na sua atividade finalística.

Sr. Sérgio Miletto relatou que a iniciativa apresentada pode trazer uma diminuição na inadimplência do MEI, já que o microempreendedor terá acesso as informações para sua formalização e capacitação, com uma linguagem simples e objetiva.

Sr. Edivaldo Nunes questionou se existe alguma articulação para se usar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, voltadas para a capacitação do microempreendedor.

Sr. Fábio Silva em resposta ao questionamento, sugeriu uma apresentação de um representante do Ministério do Trabalho, para esclarecer os recursos que o FAT financia, voltados para as MPEs.

Sr. Henrique Reichert informou que esteve presente na 1ª Reunião Plenária do Fórum das Microempresas do Pará, com o objetivo de mostrar as pautas que o Fórum está trabalhando, foram apresentadas todas as iniciativas que estão sendo desenvolvidas pelos 7 Comitês que compõem o Fórum Permanente. Reforçou a importância de se fortalecer os Fóruns Regionais.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

- Convidar um representante do Ministério do Trabalho para uma apresentação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Recursos, oportunidades para as MPEs

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Resumo da Reunião	
Título da Reunião	CT5 - Formação e Capacitação Empreendedora
Hora de início da reunião	24/08/2022 9:00
Hora de Término da Reunião	24/08/2022 11:00
Nome Completo	
Mauro Leônidas	
Adelaide Toledo	
Alexandre – Intercontinent/Ceciex	
Alexandre Trindade Ferreira – Banco da Amazônia	
Anne Monte – Amicro/Macapá	
Antônio Everton	
Arnaldo Correia da Silva Filho	
Bruno Martins Vieira	
Diogo Chamun - Fencacon	
Edmundo Lima	
Flávio Forte - CACB	
Francisco Céilton Freire Nogueira	
Graciana Brito Cardoso	
Ivaldo Frohlich	
Juliano Bezerra Mascaro	
Kênya	
Luciana Malamin Correia	
Murilo Machado Chaiben	
Paulo Teles – CRA/CE	
Pedro Henrique Rincon Amaral	
Piter Santana	
Sérgio Miletto	
Wal Chagas	

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA – PRESENCIAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO

REUNIÃO DO COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA - CT 5
DATA: 24/08/2022 - HORÁRIO: 9h - LOCAL: AUDITÓRIO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, BL "J"

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
FABIO SILVA	ME	2027-8020	fabio.silva@economia.gov.br	Fabio
Adriana Condou	CONAMPE	41 99655 8025	adrianacondou@hotmail.com	Adriana
Erclio Santinani	CONAMPE	41 991556 8000	ercliosantinani@hotmail.com	Erclio
DINIZ NERO	MONAMPE	44 99122 8815	dinizn@gnail.com	Diniz
Marcelo Dias	CONAMPE	41 9909 0282	marcelodias@idm.adm.br	Marcelo
Gloria C Martins		61 2027-7857	gloria.martins@economia.gov.br	Gloria
Jaqueline E. Ribeiro	SEMPE	(61) 2027-8013	jaqueline.ribeiro@economia.gov.br	JR
Carlos Magno Bittencourt	CONAMPE	(41) 99125-2002	carlosmagno252@gmail.com	Carlos
J Edvaldo F. Nunes	IMPPEC (C)	(85) 984050580	edvaldo@updes.com.br	JFN
Venício de Sousa Carvalho	SEMPE	61-99213 2132	venicio@economia.gov.br	Venicio
Tônia Batista	ME/SEMPE	2027-8150	tonia.b.silva@economia.gov.br	Tônia
Henrique Reichert	ME/SEMPE	2027-8015	henrique.reichert@economia.gov.br	Henrique

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático do **Microempreendedor Individual - MEI**

CT 06

COORDENADORES:

Coordenador Privado – Ercílio Santinoni / CONAMPE

Coordenador Público – Fábio Silva / Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
24/08/2022	15h às 17h	Reunião Realizada de forma hibrida - Microsoft Teams e presencial ME bloco J

ITEM 1 - ABERTURA

Sr. Fábio Silva, Coordenador Público, cumprimentou a todos e solicitou que os presentes se apresentassem e informassem a entidade.

Sr. Ercílio Santinoni agradeceu a presença de todos e deu início a reunião.

ITEM 2 – PAUTA

Sr. Ercílio Santinoni fez uma breve explanação sobre os principais pontos dos Projetos de Lei 092/2022 e 108/2021, que trata das alterações do Simples Nacional e a Criação da Rampa de Acesso MEI/ME, que estão tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, devido ao período de defeso eleitoral estão parados.

Aproveitou a oportunidade para convidar todos os presentes, para o 15º Encontro Nacional de Lideranças de Micro e Pequenas Empresas em Itabuna - Bahia, dias 2 e 3 de setembro, mais informações no site da CONAMPE.

Sr. Fábio Silva ressaltou que o ano de 2022 foi promissor, com a entrega dos PLs referentes, a Proposta de alteração da Lei nº 123/2016 e alterações no Regime do Simples Nacional, enfatizou que é o fruto do trabalho desenvolvido pelos membros participantes do Fórum, e que ainda há muito a ser feito pelo Microempreendedor Individual.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Na sequência apresentou por meio de uma planilha, os números alcançados até o momento referentes a formalização dos MEIs (Portal do Empreendedor) e MPEs (Simples Nacional), a arrecadação do Simples Nacional.

Mencionou os avanços do Portal do Empreendedor, como: Empréstômetro, buscador de máquinas de cartão de crédito, CRED+, MEI Caminhoneiro, MEIs que estão com dívidas ativas, regularização dos MEIs, participação dos estrangeiros nas empresas, entre outros.

Os participantes parabenizaram a apresentação, ressaltaram que a compilação dos dados é de fácil acesso e que muitos encontram dificuldades em acessar dados nos sites que abordam as MPEs.

Sra. Helena Rego sugeriu para a pauta da próxima reunião, que seja discutido a questão do MEI Rural. Relatou que o assunto já está sendo discutido com a Receita Federal e a Previdência Social.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

- Discussão do MEI Rural.

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Resumo da Reunião	
Título da Reunião	CT 06 – Microempreendedor Individual - MEI
Hora de início da reunião	24/08/2022 15:00
Hora de Término da Reunião	24/08/2022 17:00
Nome Completo	
Ana Paula Rocha Pacheco	
Antônio Everton	
Fernando Martins	
Helena Rego	
Hélio Rodrigues de Almeida	
Pedro Gilmar Fank	
Rafael S Goelzer	
SONIA	
Alexander Alvarenga de Melo	
Ariene D'Arc Diniz e Amaral	
Arnaldo Correia da Silva Filho	
Diogo Chamun - Fenacon	
Diogo Sousa Almeida Fernandes	
Eduardo Temporin	
Eneila Loiola	
GILSON SANTOS	
Graciana Brito Cardoso	
Jessica Priscila S. A. Do Nascimento	
Misael da Silva Sampaio Calorindo	
Murilo Machado Chaiben	
Paulo Freitas	
Rafael Sittoni Goelzer	
Romilson Souza	
Sergio Miletto	

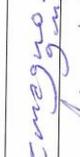
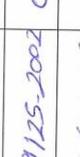
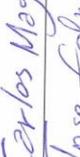
MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA - PRESENCIAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO

REUNIÃO DO COMITÊ TEMÁTICO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - CT 6
DATA: 24/08/2022 - HORÁRIO: 15h - LOCAL: AUDITÓRIO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, BL "J"

NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Carlos Magno A. Bitternart	CONAMPE	(41) 99125-2002	caromagno252@gmail.com	
Jose Edvaldo F. Alves	Franpec-CE	(85) 984050060	edvaldo@franpec.com.br	
Marcene Reis	CONAMPE	(41) 99109-0282	marceladiaz@udem.com.br	
Adriana Gondoso	CONAMPE	41-996558025	adriana.gondoso@hotmail.com	
Ericilés Santinari	CONAMPE	41-991556300	ericiles@udem.com.br	
Glória Martins	SEMPE	(61) 2027-7857	gloria.martins@economia.gov.br	
Diniz Neto	CONAMPE	(44) 99122-8715	dimizneto@gmail.com	
Lânia Batista	ME/SEMPE	2027-7300	lania.b.batista@economia.gov.br	
Henrique Reichert	SEMPE	2027-8015	henrique.reichert@economia.gov.br	
Vinício de Sousa Carvalho	SEMPE	65-99213-2132	Vinicio@economia.gov.br	

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas CT 07
COORDENADORES:
Coordenador Privado - Eduardo Queiroz – OCB
Coordenador Público - Henrique Reichert - Ministério da Economia
LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
22/08/2022	14h às 16h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - Auditório, Ministério da Economia, Bloco "J"

ITEM 1 - ABERTURA

A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Eduardo Queiroz, Coordenador Privado e representante da OCB, o qual cumprimentou a todos presentes e em seguida anunciou os pontos que seriam abordados na pauta.

Destacou os últimos avanços a respeito da Minuta do Decreto da Política Nacional, no âmbito do Ministério da Economia; o Processo de Construção dos Indicadores da Política e próximos passos das ações da Política, no CT7.

ITEM 2 – PAUTA

1-Atualização sobre o status da PNADEMPE

O Sr. Henrique Reichert, Coordenador Público e representante da SEMPE, ressaltou que o Parecer da PGFN/AGU foi favorável, pois o documento demonstra apoio para seguir com a Política Nacional e entende que a PGFN foi parceira entendendo um pouco do contexto da tramitação da Política ao considerar os pontos levantados pela SPE e os pontos abordados na Minuta do Decreto.

Enfatizou os três aspectos para serem ajustados na Minuta do Decreto que são: definir de forma clara o papel a ser desempenhado pelo Fórum na divulgação e promoção na análise de impacto; a atualização do Decreto 8.364/2014 para constar as novas atribuições do Fórum, em alinhamento com aquelas estabelecidas na Política; e promover ajustes de redação para evitar interpretações equivocadas sob o prisma da Receita Federal.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Com isso, o Sr. Henrique ressaltou a importância em dar um feedback sobre o andamento da Política e validar com o CT7 as recomendações sugeridas pela PGFN/AGU para prosseguir o andamento do Processo com uma Minuta atualizada do Decreto.

Na sequência o Sr. Eduardo apresentou os novos passos de tramitação do Processo Legislativo no Ministério da Economia e destacou como aspectos favoráveis, do ponto de vista jurídico-legal, o Parecer da PGFN/AGU, bem como o papel da SEPEC como empreendedora do avanço da matéria.

O Sr. Henrique adiantou que há um interesse da Secretaria Executiva para acelerar a tramitação deste Processo tendo em conta que a Receita já foi alinhada informalmente sobre o Decreto, até mesmo porque está em processo de rever o Simples Nacional a partir de algumas recomendações que foram feitas pelo CEMAP – Conselho de Monitoramento e Avaliação de Política.

Disse ainda que com essas recomendações da PGFN/AGU acerca da Minuta do Decreto é provável que haja outras sugestões de melhoria, mas com Parecer favorável e nada que seja contrário ao avanço do Decreto.

Em seguida o Coordenador Privado abriu a palavra para os participantes.

O Sr. Antônio Everton, representante da CONAMPE, disse que estava feliz por ver que o trabalho voltado para a construção da Política está alcançando um novo patamar e caminhando para um direcionamento final.

O Sr. Mauro Oddo, representante do IPEA, parabenizou a todos os envolvidos neste trabalho e disse que o objetivo da Política é o de criar respaldo e ordenamento jurídico capaz de dar sustentação e provimento para que as diversas Políticas do País sejam coerentes.

O Sr. José Antônio Ramalho, representante da ASBRAAF, expressou que ficou satisfeito com o arcabouço e estruturação que a equipe do CT7 teve para fazer a estruturação de um plano com eixos estratégicos, bem direcionados em todos os segmentos, sobretudo fortalecendo o ambiente de negócios.

O Sr. Paulo Freitas, representante da FOPEME, falou que pegaram o modelo da Minuta do Decreto e tropicalizaram lá no seu Estado; agora está tramitando e com isso estão implementando as melhorias e esperam que o documento seja aprovado junto com o Decreto da Política.

A Sra. Eneila Loiola, representante da FOPEMIPE, frisou que ficou muito orgulhosa pela contribuição das entidades mineiras na confecção dos Capítulos I, II e III da Minuta do Decreto.

O Sr. Sérgio Millete, representante da LAMPYME, expôs que o trabalho construído dentro do Fórum é difícil com pontos de vistas as vezes diferentes, outras concordantes, mas sempre de crescimento.

2- Processo de Construção dos Indicadores da Política

A Sra. Mariana Rodrigues, representante da Aliança Empreendedora, fez uma apresentação preliminar dos indicadores que estão sendo trabalhados e disse que o desafio na construção dos indicadores é desenvolver um Decreto bem completo com 04 (quatro) finalidades, 06 (seis) diretrizes e 09 (nove) objetivos.

Apresentou um esboço com as finalidades desenvolvidas que são: liberdade de empreender, produtividade, competitividade e desenvolvimento sustentável. A ideia é que a partir de cada uma dessas finalidades sejam desenvolvidas as diretrizes, as quais serão norteadoras para a construção dos indicadores.

Ressaltou ainda que, os objetivos desenvolvidos a partir das diretrizes devem nortear a construção dos indicadores e auxiliar, principalmente os como, ou seja, como fazer. Nesse trabalho deve separar os indicadores que são de impacto daqueles que são de processo.

3- Próximos Passos das ações da Política no CT7

Em seguida o Sr. Eduardo apresentou os próximos passos das ações da Política no CT7 que podem ocorrer até o final do ano. Lembrou que avançando a matéria no Ministério da Economia a Minuta do Decreto será encaminhada para revisão na Subchefia de Assuntos Jurídicos da Secretaria Geral.

Informou ainda que, a partir da primeira avaliação na construção dos indicadores o CT7 deve buscar em cada um dos Comitês Temáticos sugestões para aprimorar e filtrar indicadores que estejam alinhados com a temática trabalhada nos Comitês do Fórum. Além disso, pretende fazer reuniões de benchmarking com outros atores como Data Sebrae, IBGE, OCDE, IPEA e outros órgãos que sejam recomendados pelos participantes que tenham interesse nessa parceria.

Ao abrir a fala para os participantes o Sr. Elias, representante da ANBC, questionou se as métricas trabalhadas com os indicadores estão alinhadas com a OCDE?

O Sr. Henrique disse que a OCDE tem feito um trabalho de Índice de Políticas Públicas para MPE's e em 2019 fez uma primeira versão, aqui na América Latina, mas nesse trabalho o Brasil acabou não participando, no entanto, neste ano está sendo trabalhada uma segunda versão e disse que tem cerca de um mil questões, lá na OCDE, que devem resultar nestes indicadores de Política Pública.

Disse ainda que esses indicadores da OCDE só devem ficar prontos no ano que vem e que a SEMPE está alinhada com eles e atuando como representante do Brasil. Reforçou que já tem algumas referências sobre as perguntas do que está sendo questionado.

Adiantou que a OCDE está voltada para Políticas Públicas para MPE's e o trabalho desenvolvido para a PNADEMPE envolve também a observação do desempenho das MPE's e não apenas como elas estão sendo desenhadas.

Por isso, o trabalho da OCDE tem complementariedade com este que está sendo desenvolvido para a Política das MPE's e a ideia é trabalhar em paralelo tendo em conta que os indicadores da OCDE devem ser divulgados somente no final do ano que vem.

Na sequência o Sr. Elias Sfeir questionou se havia algum dado sobre sustentabilidade, algum indicador referente a ESG.

O Sr. Henrique afirmou que sim e lembrou que foi inserido na Minuta do Decreto um oitavo eixo que trata da sustentabilidade das Micro e Pequenas Empresas. Acrescentou ainda que, deve avaliar a importância de se criar um oitavo Comitê Temático para tratar de forma específica deste tema.

O Sr. Elias Sfeir falou ainda da importância em se trabalhar o impacto climático, social e modelagem de governança e que o Brasil tem o compromisso de até 2050 zerar a emissão de carbono. Disse ainda que a aquisição de bens e serviços deve ser vista por quem tem essa visibilidade.

O Sr. Antônio Everton disse que nesse primeiro momento o importante é trabalhar com indicadores que sejam mensuráveis.

O Sr. Elias Sfeir entende que a divulgação de uma cartilha já seria importante para dar um treinamento mínimo sobre a importância do tema sustentabilidade, acredita que isso pode impactar na mudança de cultura.

O Sr. Sérgio Millete citou a questão dos uniformes que são solicitados pelas Prefeituras de São Paulo e disse que o Governo pode ser a ESG na sua licitação, a exemplo disso citou os uniformes que são feitos por MPE's e

o tipo de tecido a ser usado depende da licitação da Prefeitura porque é ela quem estabelece o que deve ser comprado.

O Sr. Pedro Henrique, representante da CGINT/SEMPE, disse que o Governo está engajado nesta discussão acerca da sustentabilidade e que somente agora tem um debate na ABNT para avaliar de que forma pode regulamentar uma norma sobre o tema.

Informou ainda que, o Brasil aderiu a uma recomendação do Comitê sobre Micro e Pequenas Empresas da OCDE e um dos pilares que deve ser observado é a transição verde.

O Sr. José Ramalho sugeriu que além de indicadores quantitativos para conhecimento de impactos da ESG sejam também pensados os indicadores qualitativos e institucionais.

Em seguida o Sr. Eduardo validou com os participantes o plano de ação das ações da Política no CT7, que serão trabalhados até o final de dezembro.

4- Apresentação de dados Cadastro Positivo (ANBC)

E por último, foi feita uma apresentação pelo Sr. Elias Sfeir, representante da ANBC, acerca dos resultados coletados nos 03(três) anos do Cadastro Positivo.

Ao final da apresentação o Sr. Elias Sfeir informou que deve compartilhar a apresentação com a Secretaria Técnica do Fórum para ser enviada aos participantes do CT7.

O Sr. Sérgio Miletto disse que ficou muito feliz em ver que o MEI, mesmo não tendo conseguido crédito durante este processo da pandemia, ainda sim apareceu nos dados do Cadastro Positivo, pois o segmento enfrentou várias restrições para acessar o crédito.

A Sra. Mariana Rodrigues disse que a Aliança atua muito na ponta e neste momento estão com um trabalho direcionado para um produto de microcrédito e dar melhor acesso ao microempreendedor.

O Sr. Piter, representante da AMPE, reportou-se a uma sugestão feita, no ano passado, de se criar uma Central de Notícias sobre a Micro e Pequena Empresa com o intuito de divulgar dados para os empreendedores, nos seus respectivos Estados.

ITEM 3 - ENCERRAMENTO

Na sequência o Sr. Eduardo Queiroz disse que a reunião foi muito proveitosa e agradeceu a presença de todos.

E por último, o Sr. Henrique Reichert agradeceu o Coordenador Privado, bem como os demais representantes das entidades e convidados pela participação e contribuições e encerrou a reunião.

ITEM 4 – ENCAMINHAMENTOS

- A Secretaria Técnica do Fórum deve encaminhar a apresentação do Cadastro Positivo (ANBC) para os participantes da reunião;
- Os Coordenadores do CT7 deverão propor um calendário sobre o Plano de Ação da Política esperado para o período agosto/dezembro de 2022;
- A Secretaria Técnica do Fórum deve enviar aos membros e participantes do CT7 a proposta de calendário do Plano de Ação para validação.

LISTA DE PRESENÇA - VIRTUAL

Resumo da Reunião	
Título da Reunião	CT7 - Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das MPEs
Hora de início da reunião	22/08/2022 14:00
Hora de Término da Reunião	22/08/2022 16:00
Nome Completo	
Pedro Henrique Rincon Amaral	
Maria José Esteves de Matos	
Rosalia Raquel Pessoa	
Luana Alencar de Andrade	
Alexandre - CECIEX	
Antônio Everton - CONAMPE	
Arnaldo Correia da Silva Filho - SEDE	
Diogo Chamun - Fenacon	
Elias Sfeir	
Eneila Loiola	
Flavia Forte - CACB	
Francisco Céilton Freire Nogueira	
Franklin Campos de Mendonça	
Hélio Rodrigues de Almeida	
Içara Bajadares - CONAJE	
Ivan Michaltchuk	
José Antônio Ramalho	
Marcos Tavares Leite - ASSIMPI	
Maria do Socorro Lima	
Mariana Rodrigues	
Mauro Oddo Nogueira	
Paulo Freitas - FOPEME	
Pedro Gilmar Fank	
Piter Santana	
Rafaela Nogueira	
Sergio Miletto	
Silva Junior - SDER	

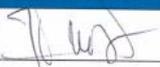
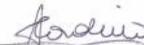
MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

LISTA DE PRESENÇA – PRESENCIAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO

REUNIÃO DO COMITÊ TEMÁTICO DE POLÍTICA NACIONAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA MPE - CT 7
DATA: 22/08/2022 - HORÁRIO: 14h - LOCAL: AUDITÓRIO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, BL "J"

LISTA DE PRESENÇA				
NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Diniz Neto	CONAMPE / MONAMPE	44 99122 8715	dinizneto@gmail.com	
Adriana Corduro	CONAMPE	41 996558025	adriacorduro@hotmail.com	
Marcelo Dias	CONAMPE	41 99109 0232	marcelo.dias@denadm.br	
Carlos Magno A. Bittencourt	CONAMPE	41 99125-2002	cmagno252@gmail.com	
Eduardo Queiroz	OCB	61 98167-5164	eduardo.queiroz@ocb.com.br	
Henrique Reichert	ME / SEMPE	48 99851 9973	henrique.reichert@economia.gov.br	
Jacqueline E. Ribeiro	SEMPE (61)	99134-7897	jacqueline.ribeiro@economia.gov.br	
Venício de Sousa Corvalho	SEMPE	61-992132132	venicio@economia.gov.br	
Glória E. Martins	SEMPE	61.98556-9434	gloria.martins@economia.gov.br	
Tônia Batista	ME / SEMPE	2021-8300	tonia.b.silva@economia.gov.br	